

# A pequena grande década

**Marcelo Neri**

Início de ano, hora de se olhar para trás e para frente, fazer balanços e projeções. No caso de 2010 esse exercício ganha ares de início de década e de epílogo do governo Lula além de ser o ano I depois da crise (D.C.). Doze meses após 15 de setembro de 2008 praticamente todas as séries de indicadores trabalhistas e de classes econômicas brasileiras disponíveis voltaram ao mesmo ponto pré-crise. Isto é: se não regredimos, também não avançamos. Se a comparação for em relação aos demais países, a estagnação brasileira de 2009 é de causar inveja aos olhares estrangeiros, à exceção de China, Índia e Coréia. Mas não sentiremos um pingão de orgulho na comparação com o nosso período de 2003 a 2008, aqui denominada pequena grande década.<sup>1</sup> Traçamos neste artigo projeções para os próximos cinco anos extrapolando o que ocorreu nesses neste período (2003 a 2008), quando grandes mudanças ocorreram nas medidas de bem estar social baseadas no aumento da renda, fruto de uma rara combinação

em terras tupiniquins de crescimento sustentado com redução de desigualdade.

## Décadas

Antes de voltarmos ao futuro, destrinchamos o passado à luz da análise das sucessivas décadas. As de 1960 e 1970 foram as do milagre econômico, do crescimento, mas também da ditadura. Nos anos 70, houve brutal redução da pobreza — caiu de 67% para 39% —, mas trouxe no seu bojo a demanda por democracia, o que caracteriza a década seguinte. A de 80 foi a da redemocratização, a principal conquista, mesmo para nós economistas. A década termina em 1989, paradigmaticamente os nossos recordes históricos de inflação e de desigualdade, que de alguma forma pontuam as duas décadas seguintes. A de 80 foi também a da instabilidade: institucional, inflacionária e da renda nos ensinando que o reaper a ser uma democracia gera perdas econômicas.

A década de 1990 foi a da estabilização. Em 1994,

**“Usamos o período de 2003-2008, aqui denominado pequena grande década, como base para o cenário pós-crise de 2010 a 2014.”**

**“O elemento fundamental para traçarmos o futuro de todas as classes de A a E é o comportamento da desigualdade, a verdadeira jabuticaba brasileira.”**

**“De 2010 a 2014 a pobreza cairia à metade e a classe AB dobraria; 14,5 milhões de pessoas sairiam da pobreza e 36,1 milhões se juntariam às classes ABC.”**

Em termos absolutos  
14,5 milhões de  
pessoas sairiam da  
pobreza contando  
o acréscimo de  
10 milhões na  
população previsto  
desde 2008 até 2014  
quando a população  
chega a  
199,5 milhões  
de pessoas

Fernando Henrique auxiliado pelos seus fiéis escudeiros fincou a lança no coração do dragão da inflação. A partir daí começamos a planejar nosso futuro. Longe das incertezas e das ilusões monetárias passamos a ter uma agenda real. A revolução do presidente com nome de príncipe não está na realeza, mas no sentido de realidade propiciado pela moeda estável. A partir desse choque de realidade, começamos a construir uma agenda educacional, colocando mais crianças na escola, e medindo o seu desempenho. O SAEB data de 1995 e, de alguma forma, essas duas revoluções — na inflação e

na escola — propiciou que mais pessoas entrassem no mercado de trabalho. Com a moeda estável teve início um processo de programas de transferência de renda fazendo com que a desigualdade diminuísse. Após a recessão de 2003, o trabalho em geral e o emprego com carteira, em particular, voltam a crescer.

Será a nova década a da qualidade da educação? Desde 2007, as bússulas tanto do Ministério da Educação como da sociedade civil, através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e do movimento. Todos pela Educação, apontam para o norte da qualidade do ensino. São metas prospectivas vigentes até o começo da próxima década em 2021, para que no bicentenário da independência o Brasil possa ser comemorado de fato. São metas objetivas traçadas a partir de exames de proficiência escolar que captam a qualidade da educação apreendida pelas crianças, sem voz ou voto, para além do curto prazo dos mandatos dos políticos. Qual é a meta? O Brasil tem uma nota inicial de 3,8, de 0 a 10, a meta é chegar a 6 até 2021. Seis é a média da OCDE, hoje. A gente quer virar o que a OCDE é hoje, em 2021. A nota 6 também é a média das escolas privadas brasileiras, ou seja, é verdadeira Belíndia brasileira, na escola privada, onde quem tem dinheiro coloca seu filho, a

média é 6, nas escolas públicas a média é 3,6. As metas estão no centro da agenda da geração de economistas que fazem parte — revolucionar a educação de qualidade na próxima década.<sup>2</sup>

Antes de entrarmos nas incertezas futuras, vamos encarar as incertezas das medições passadas. A magnitude da retomada do crescimento do período 2003-08 depende sobremaneira da base de dados utilizada, nas óticas das Contas Nacionais e do seu produto mais popular, o PIB. Mesmo após as sucessivas revisões para cima, enxergamos 3,78% em termos *per capita* ao ano, velocidade de expansão mais modesta que a da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) que é de 5,26% por ano, também descontando o crescimento populacional e a inflação. A diferença acumulada em cinco anos entre a renda da Pnad e o PIB foi de 8,8 pontos de porcentagem. Isso representa mais dois anos em cinco anos. Se usarmos essas taxas como parte de um exercício de futurologia mais elástico de 25 anos, a diferença acumulada de crescimento por brasileiro subiria para 108 pontos de porcentagem. No curso desses 25 anos a renda *per capita* teria crescido 153% pelo cenário PIB e 261% pelo cenário da Pnad. É verdade que a discrepância entre estas taxas tende a desaparecer ao longo do tempo. Por exemplo: no período

do de 1995 a 2008 a diferença acumulada foi de 2,13 pontos de porcentagem favorável ao PIB. Agora a questão é: havendo ajuste nos próximos anos, o que puxa o que: o PIB puxa a Pnad para baixo, ou a Pnad puxa o PIB para cima.

O relatório da comissão comandada por Amartya Sen e Joseph Stiglitz divulgado em setembro de 2009 constata fortes discrepâncias entre as pesquisas domiciliares e os PIBs mundo afora, sendo as taxas de crescimento do PIB em geral superiores. O relatório argumenta pelo uso das pesquisas domiciliares como medida de performance de uma dada sociedade. Outra vantagem da Pnad é permitir olhar a distribuição dos frutos do crescimento. O elemento fundamental para traçarmos o futuro é o comportamento da desigualdade, a verdadeira jabuticaba brasileira. A primeira década do século XX nos trouxe, ano após ano, quedas de desigualdade de renda. Para isso usaremos a Pnad como parâmetro.

### Cenários

O que acontecerá nos próximos anos? Vamos inicialmente focar o período 2003-08, usando-o como base para o cenário de crescimento pós-crise de 2010 a 2014. Agora quão razoável seria esta prospecção do futuro baseada no passado? A análise por fonte de renda mostra um crescimento da renda do trabalho

no período 2003-08 tão forte quanto as demais, o que sugere alguma sustentabilidade do processo de crescimento com redistribuição, interrompido mas não revertido com a crise de 2009. A tendência das séries de anos de estudo, fundamental tanto para a literatura de crescimento como de desigualdade, dão suporte tanto em nível como dispersão à continuidade da trajetória de crescimento. Nesse aspecto há que se lembrar dos problemas de qualidade da educação — que aqui representam oportunidades de melhorar que é o que importa quando se fala em crescimento, uma vez que hoje há aferição de proficiência por escola pública e metas de desempenho traçadas. A possibilidade de saltos em direção à fronteira de uma sociedade mais razoável exemplificado pelos movimentos em direção à equidade de renda desde 2001, e quiçá futuramente da qualidade da educação, é a base do otimismo condicionado deste artigo.

Vou centrar inicialmente um cenário de prazo mais longo encerrado em 2014, ano de Copa e de final de mandato. Projetaremos para frente o crescimento e a redução de desigualdade do período 2003-08. Esse cenário é possível de ser quantificado usando como aproximação a desigualdade observada no Espírito Santo em 2008. Nesse quadro é possível obter uma redução de pobreza à metade, 50,32% dos níveis de

Se 2010 seguir a tradição de todos os anos eleitorais da nova democracia brasileira (na verdade desde 1981), há que se esperar ganho em todas as fontes de renda e nas transferências públicas em particular

hoje, isto é caindo de 16,02% da população em 2008 para 7,96% em 2015. Ora, 2014 é a véspera da data final das metas do milênio. Nós já cumprimos a primeira meta do milênio de fazer a pobreza cair à metade em metade do tempo. Isso significa cumpri-la de novo em cinco anos ao invés de 25 anos. A consequência desse movimento em termos das demais classes é o seguinte: queda da classe D de 18,28% (de 24,35% para 19,9%), aumento da classe C de 14,75% (de 49,2% para 56,48%) e aumento proporcional da classe AB de 50,3% (de 10,48% para 15,66% da população). Ou seja: o cenário auspicioso mostra que se a pobreza cai à metade, a classe

AB dobra. Em termos absolutos 14,5 milhões de pessoas sairiam da pobreza contando o acréscimo de 10 milhões na população previsto desde 2008 até 2014 quando a população chega a 199,5 milhões de pessoas. Já a união das classes ABC seria incrementada de 36,1 milhões de brasileiros, incorporados aos mercados consumidores.

Vamos ilustrar o impacto da desigualdade em cenários assumindo um crescimento balanceado — uma situação onde a desigualdade nem aumenta nem cai. A proporção de pobres cairia 33,3% em cinco anos nesse cenário de crescimento neutro contra 50,3% ajudado pela redução da desigualdade. Ou seja, a pobreza cai pouco mais de 50% a mais se a redistribuição dos últimos anos retornar.

Mas e 2010? Se ancorarmos o próximo ano no cenário traçado para 2014 de crescimento com redução da desigualdade dos últimos cinco anos, as séries *grosso modo* percorrem em um ano cerca de um quinto do trajeto previsto. A pobreza cairia cerca de 10% em 2010. Se olharmos todos os possíveis limitadores da nossa expansão de curto prazo, inflação, déficits público e externo, não há restrições à vista. O desaquecimento da economia mundial tem sido compensado pelo crescimento do mercado interno impulsionado pela redução do hiato mais brasileiro de todos — a desigualdade. Se não há fatores

restritivos para além da restrição dos mercados externos, no curtíssimo prazo há fatores expansionistas no radar. O efeito estatístico denominado “carry-over” que jogou contra em 2009, ano de desaceleração, irá jogar a favor no ano seguinte. A redução generalizada de estoques ocorrida em 2009 sugere que os empresários previram uma recessão pior que a ocorrida e essa queda de estoques atuará como fator expansionista no futuro. O mesmo efeito ocorreu com o emprego formal que já revela a partir de outubro de 2009 sua face expansionista. Finalmente, se 2010 seguir a tradição de todos os anos eleitorais da nova democracia brasileira (na verdade desde 1981), há que se esperar ganho em todas as fontes de renda e nas transferências públicas em particular.

Voltando a metáfora das décadas, talvez devesse deixar de lado o calendário gregoriano, já que os pontos de inflexão substantivos das inovações centrais de cada uma das décadas não foram no início de cada uma delas mas, coincidentemente, em anos terminados em quatro: 1964 (início do governo militar), 1974 (início da distensão política depois do choque do petróleo), 1984 (Diretas-Já), 1994 (Plano Real) e 2004 (início da retomada do crescimento com aceleração no emprego quando ocorreu a maior queda da desigualdade da década). Seguindo nesta tradição o que 2014 nos reservaria, para

além da Copa do Mundo e das eleições? Coroaria dois períodos de cinco anos de crescimento iniciados depois do fim da recessão de 2003 e da crise global de 2009? Se o período 2010 a 2014 constituir de fato uma nova pequena grande década, então os 11 anos de 2003 a 2014 serão uma grande década. ■

---

Marcelo Neri é Economista-Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE e da EPGE/FGV (mcneri@fgv.br)

---

<sup>1</sup> O historiador Eric Hobsbawm em “A Era da Incerteza” denomina o período entre a primeira e a segunda grande guerra mundial de pequeno século XIX. Roberto Campos escreveu: “Já vivi três quartos de século e vivi mais que um século. Pois este século XX começou tarde e terminou antes do tempo. Começou a rigor em 1917, ano em que nasci, quando tonitruavam os canhões na Champagne e em Flandres e desabava mundialmente a velha ordem, com a eclosão da revolução comunista. Terminou em 1989, com a queda do muro de Berlim e o colapso do marxismo-leninismo. Está por surgir uma nova ordem, cujos contornos não são ainda discerníveis na bruma da história.” Já Luís Fernando Veríssimo aplica a imagem reversa no que chama de “eterno século XVIII” brasileiro pela manutenção de características de uma sociedade arcaica e desigual.

<sup>2</sup> Vide palestra proferida no aniversário de 40 anos do caderno de economia de O Globo ([http://www3.fgv.br/ibrecps/videos/globo\\_40/globo\\_40.2.wmv](http://www3.fgv.br/ibrecps/videos/globo_40/globo_40.2.wmv)).